



Relatório de Gestão

Senhores Acionistas,

No cumprimento das disposições legais, previstas nos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à apreciação de V. Exas o Relatório e Contas da APRIL Portugal S.A., referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018.

APRIL PORTUGAL

A APRIL é um grupo internacional, fundado em 1988 e cotado na Euronext Paris desde 1997, que atua em toda a cadeia de valor da indústria seguradora, assegurando, dentro das diversas entidades em que o Grupo se estrutura, o desenho e distribuição de produtos, a assunção do risco técnico através das suas seguradoras, bem como a prestação de serviços de *business process outsourcing* a entidades fora do perímetro de consolidação do Grupo APRIL.

Atualmente o Grupo tem operações em 28 países distribuídas pelos 4 Continentes, tendo em 2018 apresentado um volume de negócios superior a 997,2 milhões de euros e um resultado corrente antes de juros e impostos (EBIT) de 77,8 milhões de euros.

A APRIL está em Portugal desde 2008, desenvolvendo a sua atividade através de um modelo *masterbroker*, encontrando-se a sua distribuição estruturada numa rede independente de agentes e mediadores de seguros, que conta atualmente com mais de 400 pontos de venda ativos.

A APRIL Portugal posiciona-se, atualmente, como um especialista em vida crédito, com uma abordagem competitiva e diferenciadora no mercado, tendo sempre o foco no serviço à mediação e ao cliente.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Internacional

De acordo com o Fundo Monetário Internacional, em 2018, a economia mundial apresentou uma taxa de crescimento de 3,7%, o que consubstancia o prolongamento do ciclo de expansão da atividade económica global, sustentado, fundamentalmente, pelo crescimento dos EUA e de alguns mercados emergentes, nomeadamente a Índia, Brasil e Rússia, tendo-se observado um menor desempenho, face a 2017, das economias do euro, bem como do Japão e China.

No que concerne aos mercados financeiros, num enquadramento marcado pelo agravamento das tensões geopolíticas internacionais, aumento dos custos de produção e receios de subidas de juros



pela Reserva Federal Americana, observa-se uma desvalorização dos principais índices bolsistas, não obstante a evolução positiva dos resultados das empresas. No mercado obrigacionista, verifica-se o aumento das taxas de rendibilidade das dívidas públicas dos EUA e Reino Unido, associadas à expectativa de subidas de taxas de juro de política monetária, tendo na área do euro as dívida pública apresentado períodos de volatilidade, associados, essencialmente, à incerteza política em Itália.

Portugal

Segundo o Instituto Nacional de Estatística a economia portuguesa registou um crescimento do produto interno bruto de 2,1%, o que representa uma redução de 0,7 p.p. face ao ano anterior, justificado essencialmente pelo agravamento do contributo negativo da procura externa líquida, em razão do incremento da procura interna e do seu impacto no aumento das importações

O mercado segurador

Em Portugal, e de acordo com o relatório da 'Atividade Seguradora – Prémios de Seguro Direto 2018' da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a produção de seguro direto registou um acréscimo de 11,7% face ao valor verificado em 2017. Da análise da performance do sector por ramos, observa-se, nos ramos Vida, um crescimento de 14,5%, sendo de destacar o desempenho dos planos de poupança reforma, com um crescimento de 55,5%, tendo os Ramos Não Vida apresentado um aumento de 7,4%, dos quais se destacam os ramos de acidentes e doença (+9,7%), incêndio e outros danos (+5,4%) e automóvel (+6,7%).

Atividade da APRIL Portugal

O exercício de 2018 é marcado pela prossecução do determinado no âmbito do 'Plano Estratégico da APRIL Portugal', consubstanciado na proximidade com a mediação e no necessário reforço da prestação de serviços à rede, bem como no desenvolvimento técnico dos produtos e equipas, consubstanciado com a melhoria da nossa oferta vinculado ao crédito habitação, visando a criação de uma diferenciação positiva da nossa oferta num mercado com crescente competitividade.



Atividade económico-financeira

A margem bruta da APRIL, que reflete o diferencial entre as comissões recebidas das seguradoras e as comissões pagas à rede de mediadores independentes, apresenta um crescimento de 18%, traduzindo o bom desempenho comercial do exercício e, também, a melhoria dos resultados técnicos das carteiras em gestão.

Rubricas	2018	2017	Var. k€	Var. %
Ganhos - Comissões Mediação de Seguros	3 486	2 980	506	17%
Gastos - Comissões Mediação de Seguros	-1 676	-1 446	-230	16%
Margem Bruta	1 810	1 533	277	18%
%	52%	51%	0%	
Fornecimentos e serviços externos	-791	-603	-189	31%
Gastos com o pessoal	-842	-846	4	0%
Outros rendimentos e ganhos	6	5	0	8%
Outros gastos e perdas	-19	-15	-4	27%
Ebitda	163	74	88	119%
Gastos de depreciação e de amortização	-69	-52	-17	32%
Perdas por imparidade	0	0	0	n/d
Resultados operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	94	22	72	321%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	n/d
Resultados antes de impostos	94	23	72	315%
Imposto sobre o rendimento do período	-28	-16	-12	80%
Resultado líquido do período	66	7	59	837%

O crescimento verificado na margem bruta possibilitou a melhoria dos resultados da APRIL Portugal, consolidando o resultado positivo já observado no exercício anterior

Factos relevantes ocorridos após o termo do período

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do período.

A evolução previsível da sociedade

A APRIL Portugal incorpora o plano estratégico do grupo APRIL, através do qual se definem objetivos e ações visando o crescimento do volume de negócios e rentabilidade do Grupo. Estruturado em diferentes pilares, o plano apresenta estratégias de investimento consubstanciadas em projetos de crescimento externo, desenvolvimento tecnológico e de recursos, englobando, ainda, ações diversas que visam o incremento de sinergias entre as empresas do Grupo, nomeadamente ao nível da partilha de *know-how* e desenho de ofertas globais. Em Portugal, após a fase de identificação de objetivos, recursos e eixos estratégicos de desenvolvimento da nossa Ambição, e após a necessária aprovação pelo acionista, demos início à sua execução, dando primazia à otimização de modelos organizativos de ação comercial e à otimização do serviço ao nosso primeiro cliente, o mediador, bem como ao desenho da nova oferta e melhoria das plataformas informáticas de gestão.



Proposta de aplicação de resultados

A Administração propõe que o resultado líquido do período positivo em 66.142,68 euros seja transferido para resultados transitados.

Outras informações

Dando cumprimento ao disposto no n.º 5 do art.66º do Código das Sociedades Comerciais, informamos que:

- Durante o exercício de 2018, não foram adquiridas nem alienadas ações próprias. Há data do fim do exercício a APRIL não detinha qualquer ação própria.
- Não foram concedidas quaisquer autorizações a negócios entre a sociedade e os seus administradores, nos termos do artigo 397.º
- A APRIL não detém sucursais.

Considerações Finais

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem à Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

A Administração da empresa aproveita oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias, e demais entidades que com ela se relacionaram.

Lisboa, 26 de junho de 2019

Administração,

Roger Mainguy (Presidente)

Alexandre Noguera (Administrador)

Sérgio Nunes (Administrador-delegado)

II. Demonstração individual dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2018

(Montantes expressos em euros)

Rubricas	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	7	3.485.963,05	2.979.580,78
Fornecimentos e serviços externos	8	-2.467.283,90	-2.049.143,57
Gastos com o pessoal	9	-842.201,07	-846.045,06
Outros rendimentos	10	5.509,13	5.121,24
Outros gastos	11	-19.227,62	-15.131,97
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		162.759,59	74.381,42
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	12/13	-68.620,57	-51.999,53
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		94.139,02	22.381,89
Juros e rendimentos similares obtidos	15	29,87	285,98
Resultado antes de impostos		94.168,89	22.667,87
Imposto sobre o rendimento do período	16	-28.026,21	-15.608,73
Resultado líquido do período		66.142,68	7.059,14
Resultado por ação básico		0,66	0,07

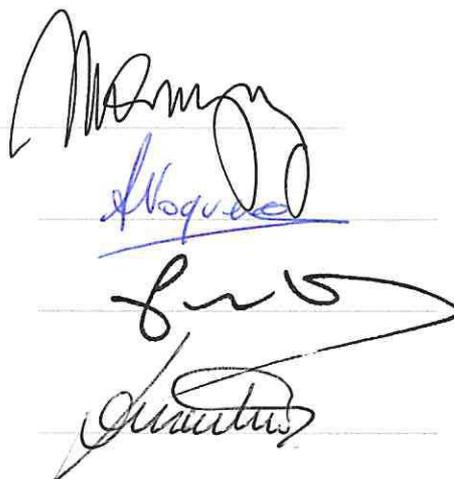
Administração,

Roger Mainguy (Presidente)

Alexandre Nogueira (Administrador)

Sérgio Nunes (Administrador-delegado)

Contabilista Certificado,
Diamantino Martins



As Demonstrações Financeiras

I. Balanço individual em 31 de dezembro de 2018

(Montantes expressos em euros)

Rubricas	Notas	2018	2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	12	14.220,51	18.766,70
Ativos intangíveis	13	270.957,22	308.655,48
Outros investimentos financeiros	14	3.652,40	3.488,61
Ativos por impostos diferidos	17	299.320,10	299.320,10
Total do ativo não corrente		588.150,23	630.230,89
Ativo Corrente			
Estado e outros entes públicos	21	17.586,39	23.699,72
Outros créditos a receber	22	532.989,90	26.148,47
Diferimentos	26	242.969,19	217.692,29
Caixa e depósitos bancários	5	971.149,94	758.973,63
Total do ativo corrente		1.764.695,42	1.026.514,11
Total do ativo		2.352.845,65	1.656.745,00
Capital Próprio			
Capital subscrito	19	100.000,00	100.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	19	2.938.417,85	2.938.417,85
Resultados transitados	19	-2.694.766,00	-2.701.825,14
		343.651,85	336.592,71
Resultado líquido do período		66.142,68	7.059,14
Total do Capital Próprio		409.794,53	343.651,85
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	20	293.467,72	271.029,47
Estado e outros entes públicos	21	54.122,23	50.437,13
Outras dívidas a pagar	23	1.168.778,49	573.998,24
Diferimentos	26	426.682,68	417.628,31
Total do passivo corrente		1.943.051,12	1.313.093,15
Total do Passivo		1.943.051,12	1.313.093,15
Total do Capital Próprio e do Passivo		2.352.845,65	1.656.745,00

Administração,

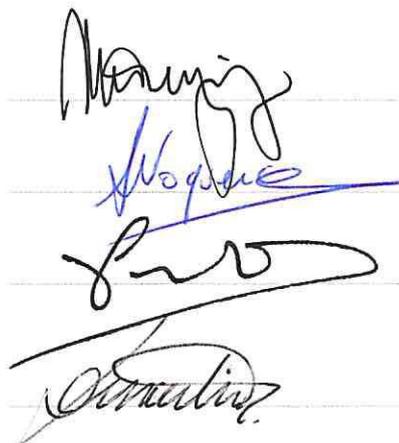
Roger Mainguy (Presidente)

Alexandre Nogueira (Administrador)

Sérgio Nunes (Administrador-delegado)

Contabilista Certificado,

Diamantino Martins



III. Demonstração individual das alterações no Capital Próprio no período 2017 e 2018
(Montantes expressos em euros)

Rubricas	Notas	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Posição no início período 2017	1	100.000,00	2.938.417,85	-2.417.017,87	-284.807,27	336.592,71
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	19			-284.807,27	284.807,27	
	2	0,00	0,00	-284.807,27	284.807,27	0,00
Resultado líquido do período	3				7.059,14	7.059,14
Resultado Integral	4=2+3				291.866,41	7.059,14
Outras operações	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 2017	6=1+2+3+5	100.000,00	2.938.417,85	-2.701.825,14	7.059,14	343.651,85
Período 2018						
Posição no início período 2018	6	100.000,00	2.938.417,85	-2.701.825,14	7.059,14	343.651,85
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	19			7.059,14	-7.059,14	
	7	0,00	0,00	7.059,14	-7.059,14	0,00
Resultado líquido do período	8				66.142,68	66.142,68
Resultado Integral	9=7+8				59.083,54	66.142,68
Posição no fim do período 2018	6+7+8+10	100.000,00	2.938.417,85	-2.694.766,00	66.142,68	409.794,53

Administração,

Roger Mainguy (Presidente)

Alexandre Nogueira (Administrador)

Sérgio Nunes (Administrador-delegado)

Contabilista Certificado,
Diamantino Martins



IV. Demonstração individual de fluxos de caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2018
(Montantes expressos em euros)

Rubricas	Notas	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	18	9.179.522,34	8.047.056,38
Pagamentos a fornecedores	20	-2.382.759,95	-2.239.600,45
Pagamentos ao pessoal	9	-787.377,94	-816.954,61
Caixa gerada pelas operações		6.009.384,45	4.990.501,32
Pagamento/recebimento imposto s/rendimento		-20.239,13	-22.400,31
Outros recebimentos/pagamentos	22/23/28	-5.675.684,34	-5.000.008,24
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		313.460,98	-31.907,23
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		100,00	0,00
Juros e rendimentos similares	15	21,45	214,48
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	12	-4.051,62	-17.386,95
Ativos intangíveis	13	-97.354,50	-152.643,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-101.284,67	-169.815,47
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		212.176,31	-201.722,70
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes-início período	5	758.973,63	960.696,33
Caixa e seus equivalentes-fim período	5	971.149,94	758.973,63

Administração,

Roger Mainguy (Presidente)

Alexandre Noguera (Administrador)

Sérgio Nunes (Administrador-delegado)

Contabilista Certificado,
Diamantino Martins





V. Anexo

1. Identificação da entidade

A APRIL Portugal S.A. é uma sociedade anónima constituída em 2008, registada na conservatória do registo comercial de Lisboa com o número de identificação fiscal 508.540.887, com sede na Rua da Artilharia 1, N° 51, Páteo Bagatella, Edifício 1 - 3° Andar Lisboa, Portugal.

Tem como atividade principal a mediação de seguros, devidamente inscrita na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões com o n° 408 281 627, na categoria de Agente de Seguros.

O Capital social é de 100.000 euros, totalmente subscrito e realizado pela sociedade APRIL Prévoyance Santé S.A. com sede em 114 Boulevard Marius Vivier-Merle, 69439 Lyon, França.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), publicado em pelo Decreto-Lei n° 158/2009 de 13 de julho e alterado pelo Decreto-Lei n° 98/2015. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), bem como as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações, ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

As primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCRF não são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas.

4. Principais políticas contabilísticas

4.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta (quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado entre 1 a 10 anos. Não é considerada qualquer quantia residual.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que foram incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de



alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

4.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta (quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado de 3 a 6 anos. Não é considerada qualquer quantia residual.

Os ativos intangíveis em curso referem-se a licenças ou desenvolvimentos de sistemas informáticos, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

Se existe algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil é revista a amortização desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

4.3. Imparidade dos ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", ou na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)", caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

4.4. Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros



incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

4.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

4.6. Instrumentos financeiros

4.6.1. Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registadas no ativo pelo custo.

4.6.2. Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

4.6.3. Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

4.7. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como:

i) Obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade;

ou

ii) Obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objetos de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

4.8. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.





O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

4.9. Rédito

O rédito das comissões provenientes da intermediação de contratos de seguro é reconhecido na demonstração de resultados numa base linear relativamente ao período decorrido dos contratos de seguro e prémios cobrados.

4.10. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- i) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis,
- ii) Análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e
- iii) Provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4.11. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade das operações.

5. Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A empresa classifica na rubrica "Caixa e depósitos bancários" os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

	2018	2017
Caixa	136,15	53,74
D.O. "Conta Clientes"	605.544,88	484.642,62
D.O. "Contas APRIL"	330.197,42	249.277,27
Outros depósitos	35.271,49	25.000,00
	971.149,94	758.973,63

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a períodos anteriores.

7. Prestações de serviços

	2018	2017	Var.€	Var.%
Prestações de serviços	3.485.963,05	2.979.580,78	506.382,27	17%

8. Fornecimentos e serviços externos

	2018	2017	Var.€	Var.%
Comissões	1.675.851,11	1.446.320,55	229.530,56	16%
Trabalhos especializados	291.859,24	239.561,56	52.297,68	22%
Publicidade e propaganda	218.169,74	90.033,56	128.136,18	142%
Rendas e alugueres	109.945,41	116.853,63	-6.908,22	-6%
Comunicação	39.228,38	41.179,39	-1.951,01	-5%
Serviços bancários	36.020,71	32.546,66	3.474,05	11%
Deslocações e estadas	26.796,70	22.816,50	3.980,20	17%
Combustíveis	19.152,29	14.324,74	4.827,55	34%
Condomínio Páteo Bagatela	9.644,40	10.339,04	-694,64	-7%
Seguros	7.187,96	7.763,55	-575,59	-7%
Limpeza, higiene e conforto	6.772,34	6.748,81	23,53	0%
Material de escritório	5.907,74	5.095,46	812,28	16%
Electricidade	5.669,76	6.231,09	-561,33	-9%
Outros	15.078,12	9.329,03	5.749,09	62%
Total	2.467.283,90	2.049.143,57	418.140,33	20%

A rubrica que apresenta maior peso são comissões. Este gasto é relativo à remuneração da rede mediadores de seguros independentes. O crescimento destas comissões está em linha com o crescimento do volume de prémios cobrados.

Os gastos em publicidade e propaganda apresentam a maior variação percentual (142%) e está relacionada com o constante esforço de dinamização comercial implementado.

9. Gastos com o Pessoal

	2018	2017		
Número médio de empregados	21	21		
Número de empregados 31 de dezembro	22	21		
	2018	2017	Var.€	Var.%
Remunerações dos órgãos sociais	165.101,00	159.664,00	5.437,00	3%
Remunerações do pessoal	495.457,37	501.436,40	-5.979,03	-1%
Encargos sobre remunerações	154.325,67	155.089,67	-764,00	0%
Outros Gastos com pessoal	27.317,03	29.854,99	-2.537,96	-9%
Total	842.201,07	846.045,06	-3.843,99	0%

Os outros gastos com pessoal incluem os gastos com seguro de acidentes de trabalho, seguro de vida, seguro de saúde e gastos em formação.

10. Outros rendimentos

	2018	2017	Var.€	Var.%
Subarrendamento	5.121,24	5.121,24	0,00	0%
Outros	387,89	0,00	387,89	0%
Total	5.509,13	5.121,24	387,89	8%

11. Outros gastos

	2018	2017	Var.€	Var.%
Impostos	10.704,05	9.543,48	1.160,57	12%
Outros	8.523,57	5.588,49	2.935,08	53%
Total	19.227,62	15.131,97	4.095,65	27%

12. Ativo fixo tangível

	Edifícios	Equip. Administ.	Total
2017			
Quantia escriturada bruta inicial	22.876,04	104.738,06	127.614,10
Depreciações acumuladas iniciais	-22.876,04	-93.039,12	-115.915,16
Quantia escriturada líquida inicial	0,00	11.698,94	11.698,94
Aquisições	0,00	17.386,95	17.386,95
Depreciações	0,00	-10.319,19	-10.319,19
Transferências/Abates	0,00	0,00	0,00
Quantia escriturada líquida final	0,00	18.766,70	18.766,70
2018			
Quantia escriturada bruta inicial	22.876,04	122.125,01	145.001,05
Depreciações acumuladas iniciais	-22.876,04	-103.358,31	-126.234,35
Quantia escriturada líquida inicial	0,00	18.766,70	18.766,70
Aquisições	0,00	4.051,62	4.051,62
Depreciações	0,00	-8.597,81	-8.597,81
Alienações/Abates	0,00	-41.314,00	-41.314,00
Depreciações Alienações/Abates	0,00	41.314,00	41.314,00
Quantia escriturada líquida final	0,00	14.220,51	14.220,51

13. Ativo intangível

	Software	Software (em Curso)	Total
2017			
Quantia escriturada bruta inicial	311.251,92	197.046,00	508.297,92
Amortizações acumuladas iniciais	-290.802,10	0,00	-290.802,10
Quantia escriturada líquida inicial	20.449,82	197.046,00	217.495,82
Aquisições	132.840,00	0,00	132.840,00
Amortizações	-41.680,34	0,00	-41.680,34
Transferências	197.046,00	-197.046,00	0,00
Quantia escriturada líquida final	308.655,48	0,00	308.655,48
2018			
Quantia escriturada bruta inicial	641.137,92	0,00	641.137,92
Amortizações acumuladas iniciais	-332.482,44	0,00	-332.482,44
Quantia escriturada líquida inicial	308.655,48	0,00	308.655,48
Aquisições	22.324,50	0,00	22.324,50
Amortizações	-60.022,76	0,00	-60.022,76
Transferências/Abates	0,00	0,00	0,00
Quantia escriturada líquida final	270.957,22	0,00	270.957,22

14. Outros investimentos financeiros

	2018	2017
Fundo de compensação do trabalho	3.652,40	3.488,61
	3.652,40	3.488,61

Com a entrada em vigor da Lei nº 70/2013, de 30 de agosto, está a ser contabilizado em ativos financeiros o montante entregue mensalmente para o Fundo Compensação do Trabalho.

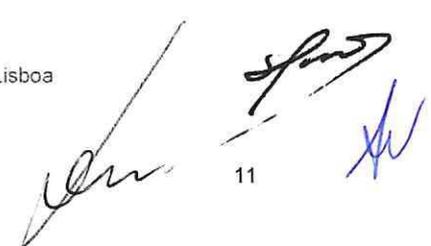
15. Ganhos financeiros

Os proveitos financeiros obtidos referem-se a juros bancários de depósitos a curto-prazo.

	2018	2017	Var.€	Var.%
Juros obtidos	29,87	285,98	-256,11	-90%

16. Imposto sobre o rendimento do período

	2018	2017
Imposto estimado para o período	6.620,45	0,00
Derrama	1.576,30	0,00
Tributação autónoma	19.829,46	15.608,73
Imposto diferido	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	28.026,21	15.608,73



Detalhe das tributações autónomas:

	Despesas	Taxas	Imposto
Despesas Representação	9.440,35	10,00%	944,04
Encargos com Ajudas de Custos e Km	0,00	5,00%	0,00
Encargos com viaturas (art. 88, nº 3 al. a)	46.864,54	10,00%	4.686,45
Encargos com viaturas (art. 88 nº 3 al. b)	32.751,25	27,50%	9.006,59
Encargos com viaturas (art 88 nº 3 al. c)	14.835,37	35,00%	5.192,38
Total Tributações Autónomas			19.829,46

17. Ativos por impostos diferidos.

O montante contabilizado em ativos por impostos diferidos tem origem na expectativa de dedutibilidade dos prejuízos fiscais de 2016, 2015 e 2014 nos próximos 12 anos, conforme previsto no código de IRC.

	Prejuízos fiscais	Taxa	A.I.D.
2014	506.455	21,00%	106.356
2015	590.808	21,00%	124.070
2016	328.065	21,00%	68.894
Total A.I.D.			299.320

18. Clientes

O reconhecimento de ativos e passivos por prémios de seguros é registado pelos recibos pagos e não pelos recibos emitidos, como consequência, o saldo de clientes é sempre zero e não existem imparidades.

Os montantes indicados nos fluxos de caixa referem-se a:

	2018	2017	Var.€
Recebimento Prémios	8.578.554,74	7.656.309,22	922.245,52
Recebimento de seguradoras	600.967,60	390.747,16	210.220,44
	9.179.522,34	8.047.056,38	1.132.465,96

As comissões de mediação são, por regra, deduzidas mensalmente na prestação de contas da seguradora, quando tal não acontece são registadas em recebimento de seguradoras.

19. Capital

O Capital Subscrito é no montante de 100.000 euros, dividido por 100.000 ações com um valor nominal de 1,00 euro cada e encontra-se integralmente realizado.

	2018	2017	Var.€
Capital	100.000,00	100.000,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio	2.938.417,85	2.938.417,85	0,00
Resultados transitados	-2.694.766,00	-2.701.825,14	7.059,14
	343.651,85	336.592,71	7.059,14

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

20. Fornecedores

Em 31 de Dezembro a rubrica de Fornecedores apresentava os seguintes valores:

	2018	2017	Var.€
Brokers	251.479,78	251.311,49	168,29
Fornecedores gerais	33.310,44	13.730,48	19.579,96
Fornecedores - empresa-mãe	3.618,00	3.617,00	1,00
Fornecedores - outras partes relacionadas	5.059,50	2.370,50	2.689,00
	293.467,72	271.029,47	22.438,25

Os valores a pagar a Brokers, referem-se as comissões de mediação de seguros que aguardam receção da fatura para pagamento.

21. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro a rubrica Estado e outros entes públicos apresentava as seguintes quantias:

A receber	2018	2017	Var.€
Imposto sobre o rendimento	17.586,39	23.699,72	-6.113,33

Os montantes a receber de imposto sobre o rendimento referem-se aos Pagamentos Especiais por Conta pagos a serem deduzidos nos próximos exercícios.

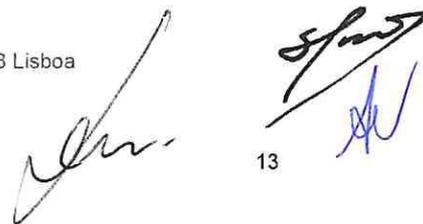
A pagar	2.018	2.017	Var.€
Imposto sobre o rendimento	20.118,01	14.256,95	5.861,06
Retenção de impostos sobre rendimentos	16.268,46	18.444,65	-2.176,19
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.995,83	1.399,88	595,95
Contribuições para a Segurança Social	15.738,44	16.331,99	-593,55
Imposto do selo	1,49	3,66	-2,17
	54.122,23	50.437,13	3.685,10

Os montantes a pagar à segurança social referem-se aos vencimentos processados em dezembro, enquanto que o valor de retenção sobre rendimento refere-se a retenções sobre rendimentos de trabalho dependentes e de trabalho independentes.

22. Outros créditos a receber

	2018	2017	Var.€
Adiantamentos a Fornecedores	11.007,22	20.250,00	-9.242,78
Seguradoras	1.047,14	1.776,64	-729,50
Devedores por acréscimos de rendimentos	517.901,73	0,00	517.901,73
Outras contas a receber	3.033,81	16.100,49	-13.066,68
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	-11.978,66	11.978,66
	532.989,90	26.148,47	506.841,43

O montante de devedores por acréscimos de rendimentos de 2018 refere-se a comissões a receber que foram faturadas e recebidas no início do ano seguinte.



23. Outras dívidas a pagar

	2018	2017	Var.€
Seguradoras	783.244,31	304.987,23	478.257,08
Credores por acréscimos de gastos			
Remunerações a liquidar	158.244,24	130.289,80	27.954,44
Comissões a pagar	55.249,00	16.097,52	39.151,48
Outros credores por acréscimos de gastos	171.705,94	47.593,69	124.112,25
Fornecedores de investimentos	0,00	75.030,00	-75.030,00
Outros contas a pagar	335,00	0,00	335,00
	1.168.778,49	573.998,24	594.780,25

24. Locações operacionais

As rendas são reconhecidas como gastos na rubrica rendas e alugueres, durante o período a que respeitam.

	2018	2017	Var.€
Valores dos contratos	246.538,39	206.357,06	40.181,32
Obrigações a 1 ano	47.451,96	27.371,18	20.080,78
Obrigações de 1 a 5 anos	79.626,36	32.013,97	47.612,39
Total de Obrigações futuras	127.078,32	59.385,15	67.693,17

Os valores referem-se exclusivamente a contratos de locações de veículos automóveis, não se prevê a transferência de propriedade no seu fim da locação. A variação dos valores de obrigações futura deve-se à renovação da frota de veículos durante o ano 2018.

25. Passivos contingentes

A APRIL tem as seguintes garantias bancárias associadas aos diferentes contratos:

	2018	2017	Var.€
Galp Frota	3.000,00	3.000,00	0,00
	3.000,00	3.000,00	0,00

26. Diferimentos

Ativo

Os diferimentos registados no balanço no final de cada período são maioritariamente relativos a gastos de comissões de mediação pagas, mas cujo período de vigência do contrato de seguro é relativo ao período seguinte.

	2018	2017	Var.€
Gastos a reconhecer - Comissões Brokers	207.995,91	211.603,51	-3.607,60
Outros gastos diferidos	34.973,28	6.088,78	28.884,50
	242.969,19	217.692,29	25.276,90

Passivo

Os diferimentos registados no final de cada período são relativos a réditos de comissões de mediação recebidas, mas cujo período de vigência do contrato de seguro é relativo ao período seguinte.

	2018	2017	Var.€
Comissões de seguro a reconhecer	426.682,68	417.628,31	9.054,37

27. Partes relacionadas

Casa-Mãe

		2018	2017	Var.€
Gastos	Trabalhos especializados	14.479,00	14.470,00	9,00
Ativo	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,01
Passivo	Fornecedores	3.618,00	3.617,00	1,01

Os montantes indicados em trabalhos especializados e fornecedores referem-se a serviços de gestão prestados pela empresa-mãe.

Empresas associadas

		2018	2017	Var.€
Réditos	Comissões Mediação	3.482.705,89	2.977.136,53	505.569,37
Gastos	Trabalhos especializados	9.148,00	5.454,00	3.694,01
Ativo	Outros devedores	2.683,81	3.820,83	-1.137,01
	Devedores p/ acresc. rendimento	517.137,41	0,00	517.137,42
Passivo	Outros credores	782.819,94	304.097,52	478.722,43
	Fornecedores	5.059,50	2.776,50	2.283,01

Os réditos referem-se exclusivamente a comissões de mediação provenientes da seguradora Axéria Prévoyance, pertencente ao Grupo APRIL. O saldo de devedores por acréscimo de rendimento de 2018 refere-se a comissões recebidas no início de 2019.

Os montantes em outros credores (passivo) são saldos relativos à gestão da carteira de contratos de seguro da Axéria Prévoyance, mais concretamente prémios cobrados deduzidos das respetivas comissões e fundo de maneo para pagamento de sinistros.

As restantes rúbricas são relativas a serviços e dívidas a outras empresas do grupo APRIL que prestam serviços partilhados.

28. Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguro

De acordo com o disposto no nº1 do artigo 4.º da Norma regulamentar Nº 15 / 2009-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, aplicável aos mediadores de seguros, informamos:

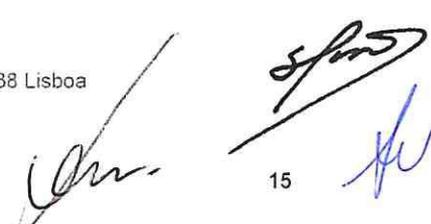
a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações.

O rédito das comissões provenientes da intermediação de contratos de seguro é reconhecido na demonstração de resultados numa base linear relativamente ao período decorrido dos contratos de seguro e tendo por base os prémios cobrados.

b) Remunerações recebidas por Natureza (numerário / espécie) e Tipo (comissões, honorários e outras remunerações):

As remunerações recebidas foram todas em numerário e são relativas a comissões de mediação:

Natureza / Tipo	2018	2017	Var.€
Numerário / Comissões	3.485.963,05	2.979.580,78	506.382,27



c) Remunerações por Ramo/Origem:

	Vida		Não - Vida		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Empresas de seguros	3.482.705,89	2.977.136,53	3.257,16	2.444,25	3.485.963,05	2.979.580,78
Outros mediadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3.482.705,89	2.977.136,53	3.257,16	2.444,25	3.485.963,05	2.979.580,78

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira:

	2018	2017
Axéria Prévoyance	99,91%	99,92%
Outros	0,09%	0,08%
	100%	100%

e) Contas de "clientes"

	2018	2017	Var.€
Prémios cobrados durante o ano	8.578.554,74	7.656.309,22	922.245,52
Sinistros pagos durante o ano	-3.388.106,31	-2.636.766,05	-751.340,26
Saldo de clientes	0,00	0,00	0,00

O reconhecimento de ativos e passivos por prémios de seguros é registado pelos recibos pagos e não pelos recibos emitidos, como consequência, o saldo de clientes é zero.

f) Contas a receber e a pagar por origem:

A Receber	2018	2017	Var.€
Empresas de Seguros	1.047,14	1.776,64	-729,50
Outros	0,00	0,00	0,00
	1.047,14	1.776,64	-729,50

A Pagar	2018	2017	Var.€
Empresas de Seguros	783.244,31	304.987,23	478.257,08
Mediadores	244.989,80	231.061,49	13.928,31
	1.028.234,11	536.048,72	492.185,39

g) Desagregação das contas a receber e a pagar:

- i) Fundos recebido com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro:

	2018	2017	Var.€
Prémios Cobrados	747.268,56	653.908,77	93.359,79

- ii) Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro.

	2018	2017	Var.€
Prémios em cobrança	0,00	0,00	0,00

Os valores em cobrança são zero, uma vez que a empresa apenas regista na contabilidade os valores cobrados.

- iii) Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários

	2018	2017	Var.€
Fundo Maneio (Sinistros)	250.000,00	183.057,48	66.942,52

- iv) Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar:

	2018	2017	Var.€
Rem. s/ Pr. Cobrados	215.071,39	532.868,73	-317.797,34
Rem. s/ Pr. em cobrança	0,00	0,00	0,00
	215.071,39	532.868,73	-317.797,33

As notas h), i), j), k) e l) da alínea n.º 1, bem como as alíneas n.º 2 e n.º 3 do artigo 4.º da NR 15/2009 da ASF não são aplicáveis.

29. Acontecimentos após a data do Balanço

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

30. Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a Revisão Legal das Contas anuais ascenderam a 9.225 euros (valor com iva incluído não dedutível).

31. Data de autorização para emissão

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 26 de junho de 2019.

Administração,

Roger Mainguy (Presidente)

Alexandre Nogueira (Administrador)

Sérgio Nunes (Administrador-delegado)

Contabilista Certificado,
Diamantino Martins



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com regularidade, durante o exercício de 2018 a atividade da **APRIL Portugal, SA** examinámos regularmente os seus livros, registos contabilísticos e demais documentação, tendo zelado pela observância da lei e dos estatutos e obtido da Administração todos os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Na nossa qualidade de Revisores Oficiais de Contas auditamos as contas da sociedade de 31 de dezembro de 2018 contas e como parte dos trabalhos de auditoria, analisamos o sistema de gestão de riscos e de controlo interno em vigor e emitimos recomendações para melhoria da sua eficácia, incluindo aspetos relacionados com o processo de preparação e divulgação da informação financeira à data de 31 de dezembro de 2018, o qual acompanhamos.

Verificámos as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade na preparação das suas Demonstrações financeiras e que os mesmos conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados da sociedade. Não recebemos durante o exercício de 2018 quaisquer comunicações de irregularidades apresentadas quer por acionistas, colaboradores ou outros.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas que emitimos enquanto Revisores Oficiais de Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições contabilísticas, legais e estatutárias em vigor.

Assim, somos de parecer:

- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.
- 2º Que não existem objeções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 27 de julho de 2019

O FISCAL ÚNICO

MAZARS & Associados, SROC

Representada pelo Dr. Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **APRIL PORTUGAL, SA** que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 2 352 846 euros e um total de capital próprio de 409 795 euros, incluindo um resultado líquido de 66 143 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **APRIL PORTUGAL, SA** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

CENTRO EMPRESARIAL TORRES DE LISBOA, RUA TOMÁS DA FONSECA - TORRES DE LISBOA, TORRE G, 5º ANDAR, 1600-209 LISBOA, PORTUGAL
TEL.: + 351 21 721 01 80 - FAX: + 351 21 726 79 61 - E-MAIL: MAZARSLISBOA@MAZARS.PT

RUA DO CAMPO ALEGRE, 830, 3º - S14, 4150-171 PORTO, PORTUGAL
TEL.: + 351 22 605 10 20 - FAX: + 351 22 607 98 70 - E-MAIL: MAZARSporto@MAZARS.PT

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
INSCRIÇÃO Nº 51 NA OROC - REGISTADA NA CMVM SOB O Nº 20161394 - REGISTADA NA CRC LISBOA - NIPC 502 107 251 - CAPITAL SOCIAL 150.000,00 €

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISIOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 27 de julho de 2019



MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
representada por Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564)